

SOCIEDADE, CULTURA E RACIONALIDADE: REFLEXÕES SOBRE AS IMPLICAÇÕES NA CONCEPÇÃO DA TECNOLOGIA

*SOCIETY, CULTURE AND RATIONALITY: REFLECTIONS ON
THE IMPLICATIONS IN THE CONCEPTION OF
TECHNOLOGY*

Naiara Tavares da Silva
Susana Iglesias Webering

Resumo

Este artigo tem como proposta discutir sobre a racionalidade e a cultura impregnados na concepção da tecnologia na sociedade capitalista. A partir da obra de autores como Sahlins, Guerreiro Ramos e Feenberg, são levantados questionamentos sobre a racionalidade em que a tecnologia se desenvolve. Como auxílio para esta análise, utilizamos o conceito de Tecnologia Social, que surge como uma resposta – e, ao mesmo tempo, alternativa – à tecnologia convencional.

Palavras-chave: Racionalidade; Tecnologia Social; Tecnologia Convencional.

Abstract

This paper aims at discussing on rationality and culture embedded in the concept of technology in the capitalist society. Based on Sahlins', Guerreiro Ramos' and Feenberg's works, the paper sets forth questions about the configuration of rationality in which technology develops. The key-concept of Social Technology – which was conceived as a response, even as an alternative, to conventional technology – is used in the analysis.

Keywords: *Rationality; Social Technology; Conventional Technology;*

Introdução

Os valores da cultura capitalista ocidental e a racionalidade do sistema induzem as pessoas a moldar suas vidas fundamentadas quase que exclusivamente na economia, sem se darem conta disso. A economia, por sua vez, desperta necessidades imaginárias nos indivíduos, reduzindo o valor de uso dos objetos. Essas necessidades extras trazem como consequência a exacerbação da produtividade que culmina em uma maior busca pelo lucro ao menor custo.

Observa-se uma inversão de valores: o que viabiliza a economia é o homem, que, no entanto, está tendo seu comportamento ditado por ela. É como se a economia estivesse cada vez mais independente dele. As consequências são alarmantes: miséria, concentração de riqueza e degradação ambiental. Ao que parece, a racionalidade do sistema é menos racional do que deveria.

Também inserida nessa racionalidade está a tecnologia. É difícil imaginar como o crescimento da produção, a redução das fronteiras entre os países, facilidade no deslocamento, subsídios que viabilizam o comércio, ocorreriam sem o seu desenvolvimento. No imaginário da sociedade, a tecnologia é neutra e determinista, mas na realidade ela se torna excludente e (re)produtora de desigualdades.

Este artigo tem como objetivo fazer reflexões sobre a racionalidade capitalista, mais especificamente sobre seus desdobramentos teóricos e conseqüentemente a maneira como a tecnologia é implementada. Buscando fazer um contraponto à tecnologia convencional é trazido o conceito de Tecnologia Social, já que esta tem se constituído como uma resposta à racionalidade do sistema. No entanto, a intenção não é fazer uma apreciação crítica dessa outra constituição de tecnologia e sim apresentá-la como possibilidade de desconstrução do imaginário tecnológico vigente.

O imaginário da sociedade e o mercado como *locus*

Em “A Instituição imaginária da sociedade”, Castoriadis (1982) expõe como a noção de racionalidade foi “impelida” no mundo moderno e como as representações imaginárias de outras sociedades são vistas como curiosas ou simplesmente desprezadas pelas sociedades ocidentalizadas. O termo “imaginário” foi utilizado para designar os simbolismos utilizados para interpretar o mundo.

Nas sociedades modernas, a economia é a expressão maior da racionalidade do capitalismo, que exhibe a supremacia desse imaginário em todos os níveis. A definição social das necessidades é determinada desde uma perspectiva econômica de mercado, o que parece bastante arbitrário, uma vez que o desenvolvimento do setor produtivo se baseia na geração de necessidades artificiais muito além das necessidades elementares. Essa criação de necessidades tem, portanto, um caráter funcional que sustenta sua expansão. Tal caráter de criação de uma demanda para a sua expansão também está “suspensa no imaginário” na medida em que a

economia do capitalismo moderno só pode existir se responder às necessidades que ela própria confecciona (CASTORIADIS, 1982).

Sahlins (1976) corrobora com essa reflexão a partir de uma perspectiva da cultura. O autor contrasta o “tribal” e o ocidental, estabelecendo uma diferença entre a sociedade burguesa e a sociedade primitiva. Segundo ele, acreditamos em uma ilusão de que a economia e a sociedade ocidental capitalista são construídas pragmaticamente. Essa ilusão é, na verdade, a única coisa que distingue a sociedade ocidental capitalista de sociedades primitivas.

O *locus* da cultura ocidental é a economia, que emana uma produção que é simbólica. Ou seja, para Sahlins a produção reflete o esquema geral da sociedade, que é marcado pelas relações econômicas. Existiria então um “*locus* institucional privilegiado do processo simbólico, de onde emana um quadro classificatório imposto a toda cultura” (SAHLINS, 1976, p.233). Na cultura ocidental ocorre, portanto, a institucionalização do processo na produção e enquanto produção de mercadorias. Já no “mundo primitivo” o *locus* de diferenciação simbólica permanece nas relações sociais, principalmente nas de parentesco.

A diferenciação do valor simbólico é mistificada como apropriação de valor de troca e a acumulação do valor de troca é mistificada em função da criação do valor de uso. Os bens precisam ser vendidos e para isso existe a necessidade de uma utilidade real ou imaginada, mas sempre imagináveis. A produção racional visando o lucro se move sempre com a produção de símbolos.

Essa nova configuração dos valores de uso permite o desenvolvimento da produção industrial de mercado, invertendo a relação tradicional funcional entre o conjunto cultural e o conjunto natural, como expressa Sahlins (1976, p.236) na passagem: “em vez de servir à diferenciação da sociedade pela diferenciação de objetos, toda distinção concebível da sociedade é posta a serviço de outra divisão de objetos”.

Outra característica do domínio do fator econômico é que, na sociedade capitalista, os termos materiais alimentam dimensões importantes dos relacionamentos sociais, mesmo fora das relações ditas comerciais. Já nas sociedades tribais ou primitivas as relações de troca ainda implicam um coeficiente social, um tipo de relacionamento. Ou seja, o dinheiro é para o capitalismo ocidental o que o parentesco era para a sociedade primitiva.

Essa relação na sociedade capitalista ocidental, no entanto, gerou uma inversão do que seria a ordem natural das coisas: ao invés do conjunto cultural (sociedade) determinar a produção de bens/objetos com o que o conjunto natural (natureza) oferece para atender as suas demandas e diferenciações, a economia passa a ser o *locus*.

Baseada em uma necessidade constante de (re)produção de bens, a própria economia passa a (re)criar os símbolos necessários para sua perpetuação, e, por sua vez, esses símbolos e as relações de produção passam a estruturar as relações na sociedade, passando também a interferir, em prol dessa racionalidade/produtividade, no curso da natureza. Lembrando, todavia, que essas incursões na criação de símbolos não deixam de estar relacionadas a uma práxis que é social e, portanto, cultural.

Ainda de acordo com Sahlins (1976) o verdadeiro diferencial da sociedade capitalista ocidental é o fato de responder “transformacionalmente aos acontecimentos e incorporar as perturbações históricas como permutações estruturais de acordo com um código geral de significação” (p.239). Essas mudanças podem acontecer também nos povos tribais, pois a história é estruturada pela própria sociedade. Só que lá essas transformações se dão principalmente entre sociedades e como simples variação, enquanto aqui se dão dentro de um sistema, que pode apresentar um “crescimento” (desenvolvimento), basicamente da mesma maneira, com a complicação de uma única sociedade, mantendo a mesma racionalidade.

Partindo dessas reflexões, a obra de Guerreiro Ramos (1983a; 1983,b; 1989) é fundamental, pois foca seus estudos nas organizações – na verdade, o mercado enquanto *locus* é personificado nas organizações. Ao fazer uma apreciação crítica de Likert (1961¹ apud GUERREIRO RAMOS, 1983b), Guerreiro Ramos concorda com esse autor no tocante a uma teoria administrativa de alcance mundial: o processo de industrialização faz nações mais semelhantes em seus aspectos organizacionais, o que tende a diminuir as diferenças culturais; as tecnologias de determinados setores tendem a ser as mesmas em toda parte, do mesmo modo que os sistemas sócio-técnicos criados para operar essas organizações. Esse fato, associado ao desejo universal pelo mais alto padrão de vida que a industrialização acarreta, produz forças que resultam em mudanças nas culturas já estabelecidas dos países que se industrializaram ou estão se industrializando.

Portanto, embora a racionalidade do capitalismo ocidental tenha uma incursão cultural ou própria do imaginário, a progressão desse sistema implica na diminuição das diferenças culturais, na padronização das técnicas e formas de gestão, na exploração sem limites dos recursos naturais e, ainda, na degradação do homem e de suas relações.

Essa discussão remete a Erich Fromm (2000) que faz uma reflexão quase poética sobre o que é o amor e a incapacidade de amar no mundo contemporâneo que está em consonância com esta problemática. Segundo ele, “(...) a capacidade de amar, num indivíduo que viva em qualquer cultura dada, depende da influência dessa cultura sobre o caráter da pessoa comum” (p. 38). Observa-se, no entanto, que o capitalismo ocidental deteriorou o caráter do homem moderno, que é incapaz de se colocar no lugar do outro e que desenvolve relações instantâneas e de interesses.

Esse diagnóstico das relações humanas no mundo contemporâneo demonstra como o sistema capitalista afeta o comportamento humano, influenciando não só na técnica e formas de gestão, mas na disseminação de uma nova cultura.

Algumas ponderações sobre a razão e a racionalidade

Falar sobre racionalidade capitalista implica em uma reflexão sobre o significado da razão. Ao fazer uma crítica à razão moderna, Guerreiro Ramos² (1983a, 1989) avalia que as ciências naturais do ocidente não se fundamentam em uma forma analítica de conhecimento, mas encontram-se

apanhadas em uma trama de interesses políticos imediatos que se justificam em função de sua produtividade. A mesma concessão não poderia ser feita quanto às ciências sociais e seu equívoco epistemológico, através do qual elas têm uma dimensão normativa imposta pela configuração de poder estabelecido.

É evidente o início de uma mudança drástica nos rumos do termo da razão a partir da época moderna ocidental, que passou a refletir diversos significados. No sentido antigo – cujas bases estão em Platão e Aristóteles – a razão era entendida como força da psique humana, que habilitava o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, tornando-o capaz de ordenar sua vida pessoal e social. (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Na Filosofia clássica grega razão era uma capacidade cognitiva de distinguir entre o que é verdadeiro e o que é falso, “na medida em que a verdade (e a falsidade) é primordialmente uma condição do Ser, da Realidade – e somente nesse terreno uma propriedade das proposições” (MARCUSE, 1979, p.126). A lógica esclarece aquilo que verdadeiramente é, diferentemente daquilo que parece ser. Em virtude da equação entre “Verdade e Ser (real)”, a Verdade é um **valor**, por isso o Ser é melhor do que o Não Ser. Este, por sua vez, não é o **nada**, mas uma ameaça de destruição, uma tensão. Desse modo, a busca pela verdade deve ser um comprometimento e um empenho do homem: esse é o projeto especialmente humano; ao homem cabe aprender como conquistá-lo. Essa é própria dialética (MARCUSE, 1979).

Nota-se, portanto, que na Filosofia clássica, o homem (filósofo) submete a situação humana ao seu julgamento crítico, o qual contém um julgamento de valor. A ciência rompeu com esse julgamento do valor, porque os julgamentos filosóficos não condiziam com os rumos que a organização da sociedade moderna tomava (MARCUSE, 1979)³.

Porém, paralelamente os sentidos da razão se transformaram. Em seu sentido moderno, a razão aparece como algo a ser adquirido pelo esforço e que habilita o humano a fazer o cálculo utilitário de conseqüências (HOBBS⁴, 1974 apud GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 3). Segundo Guerreiro Ramos (1989), a “transavaliação” da razão e da racionalidade humana implica na distorção de um conceito chave da vida humana na tentativa de legitimar a sociedade moderna somente em bases utilitárias. Uma das teses principais do autor consiste em assinalar como a razão, por força de sua centralidade na vida humana, não poderia ser deixada de lado na sociedade moderna, sendo transformada em uma idéia compatível com a estrutura normativa, centrada no mercado.

Para Marcuse, “o universo totalitário da racionalidade tecnológica é a mais recente transmutação da ideia de Razão”, tendo a lógica se tornado a lógica da dominação; na sociedade tecnológica as tendências estabilizadoras entram em conflito com os aspectos “subversivos” da Razão, até que as realizações da sociedade industrial conduziram à vitória do que denominou uma realidade (sociedade) unidimensional. (1979, p. 125-126).

Para completar sua análise, Guerreiro Ramos (1983a) utilizou ainda dois pares conceituais de origem Weberiana⁵ que seriam: a racionalidade funcional e a racionalidade substancial; a ética da responsabilidade e a ética do valor absoluto ou da convicção. A racionalidade substancial seria “todo

ato intrinsecamente inteligente, que se baseia num conhecimento lúcido e autônomo de relações entre fatos” (GUERREIRO RAMOS, 1983a, p.39), estando intimamente relacionada ao intuito de liberdade e a uma ética de valores. A racionalidade funcional, por sua vez, estaria relacionada à conquista de objetivos pré-estabelecidos, através de atos e elementos sistematicamente relacionados, ou seja, ações deliberadas com fins específicos. Esse tipo de racionalidade estaria relacionado a uma ética de responsabilidade, tendo a funcionalidade ou aspectos utilitários como critérios.

No desenvolvimento do capitalismo e o seu processo de industrialização houve a exacerbação da chamada racionalidade funcional, que implica diretamente em um “encolhimento” da racionalidade substancial. A capacidade de sobrevivência do homem, nesse contexto, é baseada na sua capacidade de autorracionalização.

Nessas observações percebe-se que há uma relação entre a racionalidade substancial e a razão no seu sentido antigo. Por sua vez, fica claro também uma relação entre a proeminência que a racionalidade funcional passa a ter com o processo de industrialização e a transvaliação da razão no seu sentido moderno. Tornou-se infundada, portanto, a expectativa de que o desenvolvimento tecnológico e o seu domínio em diversos âmbitos da sociedade elevem a autoconsciência do homem. A diminuição da **competência substancial**⁶ se sustenta também na concentração dos meios de produção e do conhecimento.

Embora o cenário descrito tenha propiciado o domínio da racionalidade funcional, que está em consonância com o imaginário do capitalismo característico da sociedade ocidental, as duas racionalidades e suas respectivas éticas não deveriam ser necessariamente antagônicas. Afinal, dificilmente um indivíduo se comporta sob a conduta exclusiva de uma ou de outra.

Portanto, é necessário ter consciência desses aspectos e ser cuidadoso na crítica à racionalidade. Qual racionalidade? Os homens não são seres racionais, portadores de uma razão? Que tipo de razão querem e podem empreender? Essa razão implicaria a que tipo de racionalidade? O equívoco está no domínio do caráter utilitarista presentes nesses atributos ou, talvez, a atribuição dessa competência ao sistema e não ao homem.

Imaginário da tecnologia

O aumento das semelhanças em aspectos organizacionais e tecnológicos nas diversas nações, associado ao desejo pelo padrão de vida que a industrialização acarreta, influencia tradições culturais e organizações familiares de culturas mais antigas e estabelecidas. Ao associar esse fato às consequências que ele ocasiona em países que estruturalmente são muito diferentes tem-se um grave problema: por mais que se tente aproximar ou copiar a tecnologia e a forma de organização de países “desenvolvidos” em países “subdesenvolvidos”, é sempre necessário levar em consideração a realidade na qual estão inseridos. Caso contrário, os resultados são mais negativos do que positivos (GUERREIRO RAMOS, 1983b).

É nesse sentido que o autor canadense Andrew Feenberg desenvolveu a “Teoria Crítica da Tecnologia”, se constituindo em uma abordagem não-determinista da tecnologia, propondo uma mudança em sua definição. Feenberg (1993) considera que a tecnologia vai além do controle racional da natureza, contrariando a concepção de tecnologia impregnada no imaginário da sociedade ocidental.

Os significados conferidos hoje à tecnologia, atribuídos pela estrutura econômica moderna, levam a associá-la à funcionalidade e racionalidade, sendo um mecanismo para se chegar ao lucro e poder. O determinismo tecnológico faz com que o desenvolvimento da tecnologia não leve em consideração a sociedade em que está inserida. Suas bases são, portanto, a busca pela eficiência, difundindo a idéia de que as instituições sociais devem se adaptar a essa tecnologia que, por sua vez, responde a um sistema cada vez mais racionalizado. (FEENBERG, 1993)

O autor se apoia em duas concepções. A primeira diz respeito ao construtivismo da tecnologia: ao mesmo tempo em que questiona a tendência de isenção das teorias científicas defende que elas devem ser fixadas pelos atores sociais que a utilizam. A segunda se refere ao indeterminismo da tecnologia: parte do pressuposto de que o sistema técnico é flexível e se adapta a uma série de demandas sociais. Atribui à tecnologia, portanto, um viés mais social, resgatando a importância da atuação de seus usuários na sua criação ou adaptação. (FEENBERG, 1993)

Nesse sentido, as diferenças entre a interpretação dos diversos grupos sociais acerca da tecnologia produzem uma diferença expressiva em seu uso e constituição. Hoje, os significados atribuídos à tecnologia não levam em consideração o papel social que ela possui, colocando os engenheiros como únicos indivíduos em seu desenvolvimento, o que, segundo Feenberg (1993), acaba por priorizar a meta em detrimento do significado. No entanto, a meta faz parte do significado que a sociedade contemporânea atribui à tecnologia. Parafraseando Castoriadis, isso se constitui no imaginário da tecnologia e o imaginário do objeto técnico é que dita as diferenças da natureza desses objetos.

Dessa maneira, a tecnologia está muito mais submetida aos interesses do capital do que às demandas sociais, o que contribui em sua descontextualização. Isso ocorre porque, como analisa Sahlins (1976), o *lócus* da cultura ocidental é a economia, estando a cultura a mercê desta última. Nesse sentido, faz-se necessária uma crítica que recontextualize a tecnologia e desmistifique a ilusão da necessidade técnica, evidenciando a relatividade das escolhas da técnica inserida na cultura ocidental. Há, portanto, a necessidade de resgatar aspectos do *lócus* do “mundo primitivo”, que se encontra nas relações sociais.

O que Feenberg (1993) propõe é uma reforma na definição tradicional de tecnologia dando a ela novo enfoque que reúna contextos múltiplos. Assim a tecnologia deixa de ser considerada simplesmente “soma de meios racionais”, o que o autor chama de “racionalidade subversiva”. Para isso, busca desmistificar a ilusão de progresso calcada nos pressupostos de que a técnica é o caminho para o desenvolvimento e que a eficiência identifica este caminho. Apesar de tudo o autor não deixa indicativos de uma

proposta que transforme a racionalização em subversiva, somente mostra a importância da atuação das lutas sociais e políticas no desenvolvimento do horizonte de atuação da tecnologia.

Dagnino (2006), por sua vez, busca bases mais profundas. Considera que o problema está na origem de como a ciência e as tecnologias são concebidas. De encontro, portanto, ao que muitos considerariam o cerne do problema: a educação. Sendo a engenharia a base para o desenvolvimento de novas tecnologias e estando ela inserida no que Castoriadis chamou de imaginário da sociedade, responde, portanto, aos interesses da racionalização capitalista. O autor propõe que haja uma reestruturação no ensino de engenharia e, somente assim, haverá mudanças reais na concepção de tecnologia enraizada na sociedade.

Uma outra configuração da tecnologia

Tomando como base o contexto em que a tecnologia está inserida e a maneira como é concebida na sociedade capitalista, surge, como resposta à racionalização e à tecnologia excludente, a Tecnologia Social (TS). A proposta mencionada de Dagnino, de acordo com o próprio autor, seria a base que viabilizaria e daria força a TS, que vem se constituindo como uma concepção diferente da tecnologia, menos formadora de desigualdades e mais humanitária.

A TS surge na década de 1980 como um desdobramento da tecnologia apropriada ou tecnologia intermediária desenvolvida pelo alemão Schumacher (1973 apud DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004)⁷. Essa última se constituiu como uma espécie de “solução” aos problemas da tecnologia convencional, geralmente desenvolvidas nas grandes empresas localizadas em países ricos. Seu desenvolvimento partiu da constatação de que a tecnologia desenvolvida não era a mais adequada à realidade dos países mais pobres, desenvolvendo-se mecanismos que a adaptassem a essas realidades. (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004)

A principal peculiaridade da TS, no entanto, está no fato de ser desenvolvida em conjunto com os atores/usuários daquela tecnologia. Não considera a tecnologia existente como neutra tampouco determinista. Na visão da Rede de Tecnologia Social⁸ a TS “(...) compreende produtos, técnicas e/ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social”. Opõe-se, portanto, à maneira como a tecnologia tem sido concebida no mundo ocidental dando a ela outro significado.

A TS ao ser desenvolvida com seus usuários, responde às demandas dos pequenos produtores e consumidores de baixo poder econômico proporcionando um sentimento “libertador do potencial e criatividade do produtor direto” (DAGNINO, 2006, p. 6). Resgata, por conseguinte, a racionalidade substancial que o capitalismo deteriorou em oposição à racionalidade funcional exacerbada. Isso ocorre pelo fato de estar relacionada ao intuito de liberdade, da mesma forma que envolve ética de valores diferentes dos usualmente conhecidos.

No entanto, ao mesmo tempo em que resgata a racionalidade substancial, a TS também é dotada de racionalidade funcional, justamente por estar relacionada à busca de viabilidade econômica para os empreendimentos menores, em geral pertencentes à economia solidária, que possuem dificuldade em se manter sustentáveis na lógica capitalista. A TS se encontra, portanto, entre a racionalidade funcional e a racionalidade substancial.

Partindo da análise de Sahlins (1976) pode-se considerar que a TS se configura também na recuperação de aspectos característicos das “sociedades primitivas” ao resgatar os laços de relações sociais que muitas vezes se aproximam das relações de parentesco. Porém, ao mesmo tempo coexistindo na dinâmica da “sociedade ocidental”, tendo em vista que sua história surge em meio a ela, como forma de resposta à insuficiência do sistema.

Também no que tange às relações sociais, é importante salientar a importância dessas relações no desenvolvimento da TS. Ao construir a tecnologia em conjunto os indivíduos acabam se aproximando, amenizando a deterioração das relações sociais, elucidadas anteriormente em Fromm (2000). Ao mesmo tempo resgata o sentimento de solidariedade, na medida em que um dos pressupostos da TS é que ela possa ser viabilizada a outros grupos de produção. Tudo isso se opõe à maneira como é concebida a tecnologia convencional, excludente e individualista.

Destarte, a TS se configura como uma forma mais igualitária de tecnologia, fugindo da lógica radical de “lucro a menor custo”, proporcionando melhores condições de vida para quem a utiliza e desenvolve. Ao mesmo tempo em que resgata o viés social da tecnologia que passa a não estar mais a serviço do capital, mas a serviço do homem.

Considerações finais

Na maneira como o imaginário da sociedade capitalista se constitui, a economia se torna o *locus* da cultura ocidental. Nesse sentido, a tecnologia se transforma em um dos meios que torna viável a produção dos símbolos de que essa sociedade necessita.

Configurada da maneira em que se encontra hoje, a tecnologia é uma das principais responsáveis pela concentração de poder. Pelo fato de nascer no cerne dessa racionalidade, constitui-se dentro deste imaginário, tornando-se assim, limitada a ele e (re)produtora de desigualdade, não sendo desta maneira, viabilizadora de democracia.

Assim, o viés social da tecnologia tem sido abafado pelo significado que a sociedade atribui a ela. A TS, por sua vez, vem resgatar esse viés ao responder aos interesses e necessidades sociais, fugindo da racionalidade capitalista dominante. Ao ser (re)construída no seio de sua aplicação, juntamente com os usuários, resgata o humano, as relações sociais e sentimento de solidariedade.

Apesar de surgir como espécie de desdobramento do modo ocidental, devido à insuficiência constatada neste modelo, as TSs são apropriadas àqueles grupamentos que essa lógica não domina. No entanto, é difícil saber o limite em que a TS se encontra quando levamos em consideração a

configuração simbólica ocidental, já que de certa forma, está inserida nela. Talvez o mais adequado seria dizer que, embora surja neste meio, se desenvolva como uma espécie de resposta às desigualdades causadas por ele, se configurando como um *locus* produtor de novos simbolismos, abrindo o horizonte para novas análises.

Notas

¹ LIKERT, Rensis. *New Patterns of Management*. New York: Mc-Graw-Hill, 1961.

² Para explorar a razão e a racionalidade a partir da época moderna Guerreiro Ramos faz uma revisão bibliográfica importante, com autores da Escola de Frankfurt, Weber, Mannheim, Marx, entre outros. Neste trabalho apenas citamos sua tese.

³ Deste modo, entende-se o sentido da Epistemologia. Ou o porquê, por exemplo, da proposta de Bachelard: a reconciliação entre Filosofia e Ciência.

⁴ HOBBS, Thomas. In: Oakshott, Michael, publi. *Leviathan*. London: Macmillan, 1974.

⁵ Guerreiro Ramos se baseia desde a origem desses conceitos em Max Weber, *Economia e Sociedade* de 1922, até o desdobramento que tiveram em autores como Karl Mannheim e Eric Voegelin.

⁶ Termo utilizado pelas autoras.

⁷ SCHUMACHER, E.F. *Small is beautiful: economics as if people mattered*. London: Blond & Briggs, 1973.

⁸ Disponível em: <<http://www.rts.org.br/rts/tecnologia-social>>. Acesso em: 23 mai. 2009.

Referências

CASTORIADIS, Cornelius. “O imaginário no mundo moderno” e “Imaginário e racional. In: **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1982. p.187-197.

DAGNINO, Renato. Tecnologia Social: retomando um debate. **Revista Espacios**. Caracas: Fundación Empresas Polar. Vol. 27, nº 2. 2006. Disponível em <<http://www.revistaespacios.com/>>. Acesso em: 17 mai. 2009.

DAGNINO, R; BRANDÃO, F.C.; NOVAES, H.T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: JUNIOR, A. E. L, et alli. **Tecnologia Social – uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Cap. 1, p.15-64.

FROMM, Erich. **A Arte de amar**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Disponível em <<http://www.scribd.com/doc/11041220/a-arte-de-amar-erich-fromm>>. Acesso em: 31 mai. 2009.

FEENBERG, Andrew. **Racionalização Subversiva: Tecnologia, Poder e Democracia**. 1993. Disponível em <<http://www.rohan.sdsu.edu/faculty/feenberg>>. Acesso em: 29 mai. 2009.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. O conceito de ação administrativa. In: **Administração e Contexto Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983 a. Cap. 2, p. 36-72.

_____. Desenvolvimento tecnológico e administrativo, à luz de modelos heurísticos. In: **Administração e Contexto Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983 b. Cap. 3, p.73-98.

_____. **A Nova Ciência das Organizações**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial**: o homem unidimensional. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SAHLINS, Marshall D. A utilidade e a ordem cultural. In: **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. Conclusão, p.226-242.